

Produtivismo e Solidariedade Acadêmica: Dois Lados da Mesma Moeda?

Autoria: Roberto Patrus, Douglas Dantas, Helena Belintani Shigaki

Resumo

O produtivismo acadêmico é aqui entendido como um fenômeno derivado dos processos de avaliação, caracterizado pela excessiva valorização da quantidade de produção acadêmica. Distinguimos o conceito de solidariedade do conceito de colaboração e apresentamos o risco de o produtivismo corroer a noção de solidariedade acadêmica, visto que a solidariedade não é contabilizada na avaliação. Entre as atividades acadêmicas solidárias, escolhemos a avaliação por pares, como “paradigma exemplar” da solidariedade acadêmica. Pois, não há produtivismo sem o trabalho silencioso e anônimo de um sem-número de avaliadores de periódicos que disponibilizam tempo e *expertise* para avaliar os trabalhos.

1. Introdução

O produtivismo acadêmico é entendido nesse artigo como um fenômeno derivado dos processos de regulação e controle, em particular os de avaliação, que se caracterizam pela excessiva valorização da quantidade da produção científico-acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade (Sguissardi, 2010). Teve sua origem nos anos 1950 nos EUA e se tornou mundialmente conhecido pela expressão *public or perish*, significando que os professores/pesquisadores universitários que não publicassem de acordo com os parâmetros postos como ideais pelos órgãos financiadores, pela burocracia universitária ou pelo mercado, teriam sua carreira comprometida (Fonseca, 2001; Nascimento, 2010; Sguissardi, 2010). O produtivismo acadêmico é decorrente do risco de que o produto final da pesquisa científica (a publicação) se transforme em um fim em si mesmo e não um resultado decorrente do processo de produção de conhecimento.

No Brasil, esse fenômeno tem sido alvo de críticas que o associam direta ou indiretamente à implantação do atual modelo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* pela agência estatal de financiamento, regulação e controle (Capes), a partir dos anos 1996/1997. Foi nesse período que os critérios quantitativos da produção acadêmica foram intensificados como parâmetros para a classificação dos cursos de mestrado e doutorado em todas as áreas (Sguissardi, 2010). Nessa ocasião, houve uma mudança de paradigma na Capes, inicialmente concebida para aperfeiçoar a formação de professores, que passou a focar a formação de pesquisadores (Machado, 2007; Rosa, 2008).

Desde que foi feita a mudança decisiva na sistemática de relatórios (Coleta Capes, Currículo Lattes), aprimorados pelo avanço da informática desses últimos anos, que rotinas, normas, discussões e queixas se multiplicaram devido à pressão institucional por publicação (Mattos, 2008). Os artigos publicados podem variar numa escala de pontuação que contempla desde os periódicos indexados internacionais e de grande impacto na comunidade científica (em função do número de consultas e citações), até as publicações regionais de baixo impacto (Machado & Bianchetti, 2011; Nascimento, 2010; Moreira *et al.*, 2004;).

Podemos considerar que a pressão por maior produtividade, a concorrência por mais verbas, a diminuição dos tempos para maturação de resultados são fatos, constatados por todos aqueles imersos em programas de pós-graduação. Entretanto, a consideração de que a pressão por produtividade se constitui em mecanismos de constrangimento coletivo por meio de instrumentos aparentemente objetivos e neutros (Trein & Rodrigues, 2010) é controversa. Existem posições antagônicas quando se trata do produtivismo e do sistema de pontos estabelecido pela Capes como critério de avaliação dos programas de pós-graduação e dos seus pesquisadores. Há os que são: (a) a favor do sistema sob o argumento de estimular a produção acadêmica e delimitar parâmetros objetivos para sua avaliação; há aqueles que (b) consideram o referido sistema como um grande equívoco da política educacional, pois corromperia o princípio da livre reflexão e pressionaria os pesquisadores a divulgar resultados preliminares ou até incompletos de sua pesquisa; e há os que, em meio ao debate, (c) assumem posições intermediárias que buscam avaliar as virtudes e os vícios tanto do sistema quanto do indivíduo, dividindo entre eles as responsabilidades do modelo de avaliação. Dentre as três posições, cujos argumentos apresentamos nesse artigo, nenhuma aborda o tema da solidariedade acadêmica, lacuna que procuramos minimizar com este trabalho.

Compreendemos a solidariedade acadêmica como um compromisso mútuo entre os professores de pós-graduação, que voluntariamente aceitam dedicar o seu tempo para a avaliação dos produtos da atividade de um programa de pós-graduação. Entre essas atividades podemos citar a avaliação de artigos para periódicos, a participação em bancas examinadoras, a avaliação de projetos submetidos a agências de fomento, a avaliação de listas e revistas para compor o Qualis, a avaliação dos programas de pós-graduação, a participação em editoriais de

revistas, coordenação, associações, colegiados de curso e tantas outras que fazem parte do cotidiano de um professor. Nesse trabalho, escolhemos a revisão por pares (*peer review*) como “paradigma exemplar”, tomando uma das categorias do termo paradigma propostas por Pena, 2003, da solidariedade acadêmica.

Nosso propósito é problematizar a questão da solidariedade acadêmica na pós-graduação brasileira em um contexto de produtivismo. Grosso modo, o produtivismo valoriza atividades que contam pontos na avaliação, ao passo que a solidariedade não é contabilizada. Distinguimos o conceito de solidariedade do conceito de colaboração e apresentamos o risco de o produtivismo corroer a noção de solidariedade acadêmica. Mesmo que isso ocorra, não há produtivismo sem o trabalho silencioso e anônimo de um sem-número de avaliadores de periódicos que disponibilizam o seu tempo e sua *expertise* para avaliar os trabalhos de colegas, comumente chamados de pares. Este trabalho é, nos termos aqui definidos, colaboração, podendo ser solidariedade se incluir a noção de consolidação de um conjunto do qual o voluntário faz parte.

Para realizar esse objetivo, procuramos inicialmente definir o produtivismo acadêmico, apresentado em íntima relação com o sistema de avaliação da Capes. Organizamos os argumentos favoráveis, contrários e conciliadores, a partir de ampla revisão bibliográfica sobre o tema do produtivismo e sobre o sistema de avaliação da Capes. Não encontramos menção relevante ao tema da cooperação e da solidariedade. Valendo-se da revisão por pares como paradigma exemplar para tratar do tema da cooperação e da solidariedade, buscamos definir esses conceitos para, em seguida, afirmar que não pode existir produtivismo sem colaboração, embora possa haver produtivismo sem solidariedade.

2. Produtivismo acadêmico

O produtivismo acadêmico, também conhecido como performatividade acadêmica, é uma ênfase exagerada na produção em grande quantidade de algo que possui pouca substância (Alcadipani, 2011). A valorização da quantidade seria demonstração de qualidade. Diferentes compreensões críticas desse fenômeno têm sido vastamente trabalhadas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros (Mattos, 2012, 2008; Godoi, Xavier, 2012; Honig, Bedi, 2012; Machado, Bianchetti, 2011; Leite et al, 2011; Freitas, 2011; Alcadipani, 2011; Mascarenhas, Zambaldi, Moraes, 2011; Salo, Heikkinen, 2011; Trein, Rodrigues, 2011; Moreira, 2009; Mello, Crubellate, Rossoni, 2009; Rosa, 2008). Já em relação ao tempo, essa cultura começou a ser estudada mais recentemente, concentrando mais publicações a partir do ano de 2010. Porém, segundo Alcapadini (2011), esse problema foi claramente diagnosticado, há aproximadamente dez anos.

A chegada do produtivismo acadêmico no Brasil remete ao final dos anos 1970 e de forma legitimada aos anos 1990 (Godoi, Xavier, 2012). A partir de 1988, algumas mudanças foram introduzidas no processo de avaliação da Capes, por conta da adoção de uma metodologia quantitativa, afetando assim o modo de conceber e organizar a Pós-Graduação no Brasil (Moreira, 2009). Com isso, houve um grande salto na produção acadêmica em Administração, medido em termos de quantidade (Bertero, Caldas & Wood, 1999). Hoje, o termo produtivista está associado a uma fábrica de fazer pontos (Godoi, Xavier, 2012). Há quem diga que o produtivismo acadêmico, materializado em artigos, é também um fetiche-conhecimento-mercadoria, influenciando o “mal-estar” da academia brasileira (Trein; Rodrigues, 2011), derivado dos processos de regulação, controle e gerenciamento, chamado de avaliação (Sguissardi, 2010; Rosa, 2008).

O novo modelo de avaliação trouxe consigo uma série de consequências conhecidas: (a) intensificação do trabalho docente (Bianchetti & Machado, 2009; Godoi & Xavier, 2012); (b) publicações requentadas ou maquiadas (Kuenzer; Moraes, 2005); (c) prejuízo da saúde

física e mental dos pesquisadores (Machado & Bianchetti, 2011); (d) orientação tática do Programa para os critérios e indicadores que têm maior peso na avaliação da Capes; (e) dificuldade em encontrar professores dispostos a assumir cargos administrativos, orientar alunos ou participar de comitês da universidade (Nascimento, 2010); (f) plágio e auto plágio (Trein & Rodrigues, 2011); (g) ênfase na dimensão mercantil do conhecimento (Trein & Rodrigues, 2011); (h) (de)formação na produção da nova geração de pesquisadores (Godoi & Xavier, 2012); (i) fetiche da citação (Mattos, 2012); (j) desonestidade nas publicações (Rodrigues, 2007); (k) criação de um clima de terror nas IES (Moreira, 2009); (l) má qualidade nas publicações (Mattos, 2008, Moreira, 2009, Alcadipani, 2011); (m) aumento de co-autoria (Leite et al, 2011); (n) criação da lógica do empilhamento (Godoi & Xavier, 2012) e; (o) McDonaldização das atividades docentes (Alcadipani, 2011, Salo & Heikkinen, 2011). Em meio a essa nova cultura, é comum encontrar professores voltados a produzir mais e mais (Freitas, 2011).

Curiosamente, a não ser indiretamente sob a ótica da intensificação do trabalho docente (Machado & Bianchetti, 2011; Godoi & Xavier, 2012), encontramos na literatura pesquisada raras menções ao trabalho solidário e voluntário que sustenta a avaliação e conseqüente produtividade do sistema de pós-graduação no Brasil. A crítica ao produtivismo acadêmico costuma ser associada à lógica industrial, própria do capitalismo moderno (Rosa, 2008). Assim como o “operário padrão”, o professor modelo seria aquele que soma mais pontos a partir da sua publicação científica. Mesmo denunciando a sobrecarga de trabalho do professor, que além de dar aulas, pesquisar, orientar e publicar, recebe inúmeros pedidos de parecer de artigos e demais produtos acadêmicos, o tema da solidariedade como o lado oculto e não valorizado do produtivismo é uma lacuna teórica que justifica esse trabalho. Também entre os argumentos favoráveis ao produtivismo e ao sistema de avaliação da Capes ou aqueles que tomam uma posição conciliadora, o tema da solidariedade acadêmica é mencionado apenas como adjetivo do trabalho constante de aperfeiçoamento da pós-graduação.

2.1 Argumentos favoráveis ao produtivismo

A análise de Macedo e Souza (2010), na época representantes da área de Educação junto à Capes e responsáveis pela condução do processo de avaliação dos programas no triênio 2007-2009, diverge da crítica de um predomínio de critérios quantitativistas no modelo de avaliação, embora compartilhem de algumas ressalvas à política de pós-graduação. Elas apresentaram uma radiografia baseada em dados oficiais do triênio 2004-2006, fornecidos pelos programas, a fim de dirimir a crítica de que a avaliação, tal como processada, tendia mais para o produtivismo do que para o equilíbrio em relação a outros quesitos. Segundo as autoras, essa crítica traduziria uma espécie de nostalgia, localizada nos idos de 1970, quando havia ampla maioria de manuais e adaptações de literatura estrangeira (Macedo e Souza, 2010). Entre os seus argumentos, ponderaram que uma análise dos dados de produção dos programas gerados para a avaliação trienal 2004-2006 na área de Educação permitia questionar afirmativas como a de que existia produtivismo na área ou de que a produção docente tinha definido o resultado da avaliação dos programas. Afirmaram que outros indicadores estavam sendo considerados para compor o resultado da avaliação, o que desautorizaria a afirmar que a produção bibliográfica era a base do modelo que vinha sendo utilizado para a avaliação.

Em defesa da pressão por produção acadêmica também se coloca o argumento de Machado (2007, p. 140), segundo o qual “os incentivos, exigências e induções da Capes para instalar a cultura da pesquisa e das publicações, num país sem muita tradição de práticas escritas, se justifica e é nobre, pois é necessário que os trabalhos dos pesquisadores apareçam

no espaço público”. A razão para as exigências da Capes quanto à publicação pelos pesquisadores residiria nessa lógica básica do movimento da ciência e, nesse sentido, precisaria ser compreendida, aceita e praticada. Não seria suficiente, para a autora, obedecer a regras para obter resultados, de uma maneira instrumental e mecanicista, sem aprofundar o sentido das recomendações emitidas pelas autoridades oficiais às quais se atribui um poder que, de fato, elas não têm. A Capes não estaria interessada em controlar os caminhos ou os processos adotados, mas em havendo pesquisa, esta teria que oferecer um resultado que aparecesse publicamente.

Devido aos altos investimentos, envolvendo recursos públicos que não devem ser desperdiçados, espera-se que as pesquisas beneficiem a sociedade e a população. Isto significa que o controle aparentemente rígido e intolerante da Capes poderia ser interpretado como uma “luta contra o desperdício”. Haveria um esforço para implementar critérios de avaliação que promovessem menos injustiça, tendo as comissões da Capes concluído que era menos discutível e menos perigoso avaliar os resultados em termos quantitativos, do que aprovar ou reprovar um programa de pós-graduação utilizando critérios qualitativos, pois estes seriam mais suscetíveis às idiossincrasias, perspectivas e interesses das diferentes, e numerosas, comissões de avaliadores. O modelo atual de avaliação da pós-graduação seria o menos frágil que tem sido possível praticar, estando em constante aprimoramento, a partir da ação solidária, coletiva e cumulativa da comunidade, à semelhança da dinâmica de evolução do software livre (Machado, 2007). Esse último argumento aborda a ação solidária para o aperfeiçoamento do sistema, mas não a problematiza.

Em suma, os argumentos favoráveis às cobranças por publicação defendem o princípio de tornar público o resultado das pesquisas, lutar contra o desperdício de recursos públicos e induzir o desenvolvimento da pesquisa em níveis internacionais. A ausência de um modelo de avaliação provocaria maior prejuízo que eventuais efeitos colaterais produzidos pelo sistema. O produtivismo acadêmico é visto, nessa perspectiva, como um desses efeitos.

2.2 Argumentos desfavoráveis

O produtivismo acadêmico, no Brasil, se alimenta do e no processo de competição inter-universidades, inter-programas de pós-graduação e entre docentes/pesquisadores engendrados por agências financiadoras de pós-graduação e pesquisa, seja pela Capes e seu modelo de avaliação, seja pelos mecanismos e normas adotados pelo CNPq e outras agências para concessão de auxílios à pesquisa e de bolsas. Para essas agências, o currículo Lattes é seu principal instrumento indicador da produtividade (Nascimento, 2010; Sguissardi, 2010). Alguns editais de fomento à pesquisa exigem ou recomendam que o Programa ao qual o candidato faça parte tenha conceito 5. Esses critérios são parâmetros para os concursos de acesso à (e progressão na) carreira acadêmica, para a obtenção de bolsas de estudo e de auxílios à pesquisa, e até, em muitos casos, para o próprio acesso a cargos administrativos (Sguissardi, 2010). Haveria, portanto, uma exagerada crença na “objetividade” do sistema de avaliação, como se toda pontuação atribuída aos canais de publicação (editoras, revistas e eventos) e, conseqüentemente, aos trabalhos publicados, não tivesse sido feita por agentes social e politicamente situados (Rosa, 2008).

Uma das críticas mais comuns é a de que a Capes adotou a política de valorização do “produto final”, considerando as dificuldades para a avaliação do “processo”. Assim, a qualidade do artigo científico será atestada pelos *referees* (avaliadores) do periódico ao qual foi submetido, e a qualidade do periódico será indicada pelo seu fator de impacto (Alcadipani, 2011; Leite *et al.*, 2011; Nascimento, 2010). A lógica do “publicar ou perecer” faz sentido para aquele indivíduo, instituição ou sistema que entende que ser “veloz” implica assumir a quantidade como medida de todas as coisas em prejuízo da qualidade, que adviria de uma

reflexão amadurecida, exaustivamente discutida, logo, “menos veloz”. O ritmo frenético do cotidiano do pesquisador, exigido a atuar simultaneamente em inúmeras frentes, vem impondo ao seu dia-a-dia uma lógica implacável e minimalista, em que tudo dura pouco e a interrupção é a regra, uma situação nada favorável para o trabalho científico sério, que exige paciência e recusa do imediatismo (Machado, 2007). Nessa dinâmica, o trabalho mais valioso é o mais recente e o acesso a esse de forma veloz se transforma em um diferencial para o sucesso de um pesquisador (Carvalho & Manoel, 2006).

Para julgamentos dos trabalhos desenvolvidos, há indicadores de desempenho que contribuem com a cultura da performatividade, coibindo a adoção de formas flexíveis e diferenciadas (Moreira, 2009), reduzindo a complexidade humana a números em uma tabela (Moreira, 2009). No entanto, do ponto de vista pragmático, o uso de indicadores auxilia na definição e avaliação de estratégias tecnológicas, bem como orientação das atitudes e ações (Guimarães & Alves, 2010). O Sistema de Indicadores de Resultados (SIR), por exemplo, baseia-se no *Balanced Score Card* (BSC) e é responsável pelo gerenciamento dos critérios utilizados para avaliação, a fim de oferecer equidade as IES. Mattos argumenta que esse sistema não diferencia a produção criativa da produção em escala (Mattos, 2008). Deveria, portanto, haver uma análise de contexto e de conteúdo das citações e o real impacto do artigo no meio de atuação (Carvalho & Manoel, 2006).

As críticas que denunciam o produtivismo enxergam essa pressão institucional como um mecanismo de controle que visaria normalizar programas e pesquisadores à atual política de produção científica instalada no país, capturada e enredada na lógica do sistema capitalista e, como tal, reproduziria efeitos devastadores sobre a pós-graduação (Machado, 2007; Rosa, 2008). Num contexto de economia global, compreendem essa aceleração como um desdobramento da Revolução Industrial e do cronômetro Taylorista, traçando um paralelo entre o espaço de produção fabril e o espaço de produção científica, ambos voltados à maximização da produção, devidamente mensurados por indicadores que ajudam a controlar o fluxo, seja punindo os que não contribuem com os índices, seja recompensando os que adotam tempos e movimentos que alcancem a “melhor” forma de ampliar esses índices (Rosa, 2008). Nesse sistema, vale o que é lido, o que é citado, em outras palavras, o que tem mercado.

Contudo, apesar dos resultados apreciáveis que essa lógica gera, os resultados positivos quantificáveis viriam acompanhados de formas eficazes e criativas de impedir a realização plena do que exige. Muitas dessas atividades seriam arranjos e acordos entre pares, indivíduos ou instituições, no intuito de fazer funcionar o sistema, movimentar recursos etc., não significando, necessariamente, pesquisas relevantes, com envolvimento e participação engajada, avaliações criteriosas e resultados com verdadeiro impacto social (Machado, 2007).

A adoção pela Capes de um sistema similar ao BSC como ferramenta de gerenciamento dos índices de publicação, segundo Rosa (2008), levaria a deduzir que o modelo de quantificação adotado reflete a busca de resultados, cuja maximização define quem receberá os recursos. No contexto acadêmico, ocorreria uma espécie de *benchmarking*, gerido pela figura do *fast researcher*, que, em casos específicos, delegaria parte dos seus afazeres à sua equipe de produção, mestrandos e doutorandos devidamente selecionados em seus programas de pós-graduação (Rosa, 2008). Pode-se supor que a qualidade da educação superior ficaria comprometida por um modelo de avaliação que privilegia a formação do pesquisador, mensurando quantitativamente sua produção científica, em detrimento da formação integral do pós-graduando (Sguissardi, 2006).

Esta supervalorização da produção acadêmica tem gerado um descaso com a qualidade do que é produzido e isso é refletido na falta de compromisso com o avanço e aprofundamento do conhecimento (Freitas, 2011). Tal fato pode ser observado na quantidade de publicações dos professores. Pesquisa a partir de dados documentais publicados pela Capes

nos permitiram encontrar um professor da área de Administração que chegou a publicar 52 trabalhos, divididos em artigos de periódicos, anais de eventos e capítulos de livros no período de um ano (Shigaki & Patrus, 2012). É certo que o próprio modelo de avaliação da Capes condiciona este comportamento, no qual o conteúdo e sua relevância são tratados como meros detalhes, ao contrário da estrutura do artigo (Freitas, 2011), mas um único professor produzir 52 trabalhos em um ano, ou 4, 3 por mês, é algo que merece ser objeto de análise.

Igualmente, a demonstração da produtividade dos grupos de pesquisa, sobretudo em termos de publicação nos meios acadêmicos de melhor reputação nos respectivos campos é um dos requisitos para a concessão de financiamentos de pesquisas e certos benefícios, tais como bolsa produtividade, melhores notas no ranqueamento da Pós-graduação, prestígio junto aos pares, participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais, dentre outros (Trein & Rodrigues, 2011; Rodrigues, 2007; Leite *et al.*, 2011). Além disso, estima-se que a busca do melhor produto dentro do menor tempo possível com o processo estaria levando à seleção de alunos com alto potencial para publicação, o que pode vir a mudar o perfil dos alunos selecionados para os cursos de mestrado e doutorado (Kuenzer & Moraes, 2005; Nascimento, 2010). Há o perigo de que os alunos socializados neste sistema encarem a produção acadêmica como um fim em si mesmo, fazendo parte de uma geração que não pesquisa a fundo, mas apenas publica (Alcadipani, 2011). Insistir na existência de um conhecimento facilmente avaliado a partir de índices de publicação ou de impacto tornaria “invisíveis” os outros conhecimentos presentes (Spink & Alves, 2011).

Para Mattos (2008), autores de alta produtividade acreditam que quanto mais publicações com seu nome, maior a chance de conseguirem a autoqualificação, o prestígio e os benefícios tão almejados pelas IES. Mas, eles não deixam de ter razão. Assim, eles continuam contribuindo com o ciclo anômalo que mantém o fenômeno produtivista pela caracterização do conhecimento científico (Godoi & Xavier, 2012). Essa supervalorização da produtividade acadêmica, por sua vez, tem gerado descaso com a qualidade, ou rigor, do que se produz (Freitas, 2011, Mascarenhas, Zambaldi & Moraes, 2011), além de estresses e sofrimentos (Luiz, 2006). No entanto, entre publicar ou perecer, alguns pesquisadores têm optado pela segunda alternativa (Patrus & Lima, 2012), renunciando ao trabalho em programas de pós-graduação.

Constata-se a multiplicação de textos oriundos de uma única investigação, a publicação de palestras transcritas e rapidamente revisadas, o abuso das co-autorias, assim como a fronteira tênue entre autoria e falsa autoria visando o aumento da produtividade (Alcadipani, 2011; Kuenzer & Moraes, 2005; Machado, 2007). Isto se refletiria na realização de eventos com centenas de exposições de trabalhos ditos científicos para auditórios vazios ou quase, o que não propicia nem seu debate nem sua efetiva divulgação, comprometendo a produção do conhecimento necessário ao desenvolvimento e soberania do país (Sguissardi, 2010; Spink e Alves, 2011). Desse modo, a corrida para ‘engordar o Lattes’ e a luta desesperada por manter a sua inserção instalariam um verdadeiro ‘vale tudo’, que manteria os pesquisadores produtivos, mas não raro, competitivos (Freitas, 2011). Esse *modus vivendi* assumiria a característica de certo nomadismo, uma movimentação exacerbada que, ao mesmo tempo em que amplia horizontes e universaliza as concepções, tornaria dispersa a existência do pesquisador e praticamente impediria a compenetração necessária ao estudo e à reflexão aprofundada. Isso, de alguma forma, tornaria inócua boa parte de suas pesquisas, esgotando a sua finalidade nesse cômputo estatístico, terminando o ciclo das descobertas sem que elas incidam no campo social ou gerem algum benefício significativo (Machado, 2007).

Além disso, como adverte Lévy-Leblond (2011), uma concepção de conhecimento e de ciência hegemônica pode levar a uma ideologia cientificista e a equívocos no sistema de avaliação, que exige que a submissão aos padrões impostos pelos países centrais – capaz de delimitar desde o referencial teórico (em inglês, preferencialmente), até os temas mais

relevantes a serem pesquisados – seja um requisito para uma pesquisa ocupar um lugar na “*Big Science*”. Tal relação tem sido problematizada por uma perspectiva dita pós-colonial, que busca repensar essa assimetria a partir da periferia como forma de resistência. A serviço dessa comunidade científica abstrata, estariam também, os periódicos científicos, a partir de critérios exclusivos de qualidade e de excelência (Rodrigues & Rezende, 2010; Spink & Alves, 2011; Waters, 2006).

Um argumento recorrente para aqueles que se posicionam contra o produtivismo acadêmico é o de que todo trabalho científico sério é demorado (Rosa, 2008). No Brasil, a impaciência estaria imperando sobre a disciplina e a reflexão na pesquisa, a coleta de dados, com frequência, seria assistemática e a análise, abreviada (Roesch, 2003; Rosa, 2008). O debate suscitado por estes críticos do produtivismo no Brasil parece estar em sintonia com o que, em âmbito internacional, foi denominado *Slow Science*, movimento lançado pelo antropólogo francês Joël Candau, na esteira do *Slow Movement*, com aplicações em diversas áreas: *Slow Food*; *Slow Traveling*; *Slow Living in Slow Cities*; *Slow Arts*; e *Slow Reading during Slow Education*. Todos têm em comum a crítica a uma cultura (ocidental) da imediatez, da urgência, do tempo real e de projetos que se sucedem a um ritmo cada vez mais rápido (Gusdorf, 1995; Candau, 2011). No âmbito da ciência, o currículo Lattes do pesquisador estaria sendo cada vez mais avaliado pelo número de linhas escritas (publicações, comunicações e projetos), o que levaria à obsessão pela quantidade na produção científica e, conseqüentemente, se deixaria de priorizar os saberes fundamentais a transmitir e a qualidade da atuação na gestão universitária (Gosselain, 2011).

O Movimento *Slow Science* defende a necessidade de tempo com qualidade para se pesquisar, refletir, ler, escrever e ensinar, em prol da qualidade de vida do educador e da produção científica (Candau, 2011; Gosselain, 2011; Salo & Heikkinen, 2011). Este movimento prioriza alguns valores e princípios fundamentais: a) dedicação de metade do tempo à atividade de pesquisa, que continuaria a subsidiar o ensino; b) reivindicação do benefício de períodos regulares de pesquisa sem a sobrecarga do ensino ou gestão (um semestre a cada quatro anos, por exemplo); c) deixar de privilegiar a quantidade nos currículos, de modo que sejam avaliados em função de seu conteúdo, através de métodos e ferramentas apropriados; d) priorizar o ensino, melhorando as condições de trabalho do professor-pesquisador e diminuindo o tempo dedicado a atividades administrativas; e) exigência do tempo necessário a atividades de gestão e estudo de documentos que lhe seriam submetidos. Privilegia-se, portanto, a qualidade e não a quantidade na carreira acadêmica, nas áreas de ensino, pesquisa e gestão (Candau, 2011; Gosselain, 2011).

Diniz (2012c), em editorial da RAE, chamou a atenção para o fato de que os periódicos, na área de Administração, são, na maior parte dos casos, criados e mantidos por instituições de ensino e pesquisa mais com o objetivo de dar vazão à produção de seus pesquisadores e menos com o foco na produção de conhecimento de valor científico para toda a comunidade. Segundo o editor, este fato suscitaria dois problemas: o formato dos periódicos dentro das instituições de ensino criariam departamentos, inviabilizando o desenvolvimento de um modelo próprio focado no negócio de publicações; e como esses departamentos seriam apenas centros de custos, gerenciados amadoristicamente através do trabalho dedicado e voluntário, não conseguiriam atingir um padrão de qualidade à altura do que se encontra em mercados editoriais mais profissionalizados. Ou seja, os periódicos que possuem melhor classificação seriam geralmente geridos por equipes de profissionais focados no “negócio” de publicação científica, ao passo que os periódicos de departamento ficariam em desvantagem em termos de valor científico, uma vez que seu impacto na comunidade acadêmica acabaria sendo menor (Diniz, 2012c). Em outro editorial, Diniz (Diniz, 2012a) reforçou a denúncia contra os interesses comerciais de editoras científicas em detrimento de interesses acadêmicos, e alertou também para falhas em seus processos editoriais e para um viés que

favoreceria “periódicos nativos de alguns poucos países”. Enquanto não se busca a competência de uma estrutura profissional, formada por equipe contratada e remunerada para isto, a qualidade de nossa produção estaria comprometida, defende o Editor (Diniz, 2012b, 2012c).

A despeito do aumento do número de periódicos na área de Administração e a busca por aperfeiçoamento e o aumento de periódicos especializados (Brito, 2009), a pesquisa de Wood Jr. e Chueke (2008) também revelou, como lamentável e preocupante, o fenômeno da endogenia, segundo a qual periódicos científicos, de forma explícita ou discreta, adotavam uma política editorial de favorecimento dos pesquisadores-autores das suas instituições. Segundo a mesma pesquisa, duas razões sustentariam tal prática eticamente questionável: a proximidade física entre as redações dos periódicos e os pesquisadores da instituição a qual estão filiadas; e a inércia em relação à situação anterior, quando pesquisadores submetiam artigos a periódicos da própria instituição (Wood Jr. & Chueke, 2008).

Contrariamente a esta prática, o manual de Boas Práticas da Publicação Científica, da ANPAD (2010) destaca a importância do compartilhamento do processo editorial entre pesquisadores e docentes de diversas instituições, de modo a evitar que um autor e/ou editor vinculado à mesma instituição responsável pelo periódico tenha privilégios para publicação de seu artigo. Neste caso, a porcentagem anual de artigos de autores vinculados ao periódico não deveria exceder 15% de sua publicação (ANPAD, 2010). De acordo com Mattos (2005), “... a independência de opinião, por mais incômoda que seja entre amigos ou ‘partidários’, pois, de certa forma, enfraquece ou desprestigia o grupo ou as relações, é um dos grandes recursos de desenvolvimento da academia, um dos pilares éticos de sua credibilidade.” (Mattos, 2005, p.275).

Em suma, o principal argumento contrário ao produtivismo aponta, por um lado, o uso de uma estratégia quantitativa para mensurar o trabalho na pós-graduação e, por outro, as consequências indesejáveis da busca da quantidade em detrimento da qualidade.

2.3 Argumentos conciliadores

A partir de uma breve historiografia e com base no que preconiza a legislação brasileira para a educação, Cury (2010) afirma que o sistema de pós-graduação se constituiu como um sistema nacional com legislação pertinente, a partir de uma decisiva atuação do Estado. Cury (2010) reconhece as virtudes do sistema, suas fragilidades e desafios por mais transparência e justiça no processo de avaliação da pós-graduação, particularmente quanto à avaliação da publicação acadêmica. Ele se pergunta quais os limites dessa necessária burocratização funcional para os administradores e como evitar o excesso nas tarefas de controle e de coordenação. É possível combinar a gestão burocrática, inerente à complexidade impessoal, eficiente para o sistema e tão princípio constitucional como o da gestão democrática e o da autonomia universitária? (Cury, 2010, p.165)

A propósito da pressão institucional por publicação, Mattos (2008) afirma que a importância do trabalho realizado pelo sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação pela Capes e da produção acadêmica gerada por eles é indubitável e que, sem negar que o sistema tem muito a melhorar no confronto com seus próprios fins, há que se repensar os limites e intenções de uma argumentação contra a pressão pela produção. Sua reflexão se ampara no fato de que a comunidade acadêmica no Brasil reconheceu que não podia participar do mundo da grande ciência sem se legitimar pelos padrões internacionais das universidades de ponta, daí o desenvolvimento de um inevitável e pretensão sistema objetivo de avaliação, que teria sua eficácia apoiada em três pontos: legitimação pelo julgamento por pares, indicados por sociedades acadêmicas; estabelecimento de um *ranking* entre programas, o que promoveria

competição e rivalidade interna; e nivelamento da diversidade dos programas ao estruturar-se sob a ótica neutra do desempenho por números.

Essas formas de construir eficácia constituiriam um tipo de qualidade que definiria o sistema, a qualidade formal-instrumental, que hoje mostraria grande competência. A qualidade formal poderia ser garantida sem o consenso sobre o sentido, a utilidade e a validade interna do que é dito. Isto se daria porque as qualidades formais são traduzíveis em quantidade e também uma boa argumentação, independentemente do conteúdo do trabalho (Mattos, 2008).

A chamada síndrome do estresse acadêmico, para Mattos (2008), existe, mas o sistema de avaliação oficial não deveria ser culpabilizado por isso. Segundo ele, o professor não deveria se obrigar a contabilizar mais que o número mínimo anual de pontos (produção) definido por seu programa, atendendo também, em médias trienais, aos mínimos fixados pelo sistema de avaliação de que faz parte. Cumprir o mínimo exigido lhe permitiria trabalhar por seu projeto acadêmico pessoal e grupal. A cultura do “quanto mais publicar melhor”, ao contrário, geraria hábitos de trabalho e institucionalizaria práticas de pesquisa peculiares e discutíveis, como a prevalência da metodologia associada à tecnologia (observância do *script*), base do padrão industrial na pesquisa (lógica fabril), sobre a epistemologia. O estudo competente de problemas sociais e humanos requer tempo e não deveria separar observação cuidadosa de criação criteriosa. O atual sistema de avaliação da Capes não teria como diferenciar a produção criativa da produção em escala.

Em trabalho mais recente, Mattos (2012) propõe a discussão sobre o produtivismo em outras bases. O autor nos adverte para o fato de que, com Capes ou sem Capes, o problema do produtivismo adquiriria novas proporções porque faria parte do trabalho sufocante da vida moderna em diversos setores e também de uma espiral de emulação interna na academia nacional e internacional. Falar hoje em produtivismo deveria nos levar de um plano institucional e político à reflexão crítica sobre a falta de relevância do projeto de pesquisa dissimulada pela forma (Mattos, 2012).

Mas a que práticas de composição e legitimação institucional de trabalhos acadêmicos o autor estaria se referindo? Para ele, autores, avaliadores e leitores sabem do que se trata, ou suspeitam, ou têm experiência semelhante e entendem que, sem certos recursos acadêmicos, não se cumprem prazos, metas e, sobretudo, não se publica em veículos mais importantes e não se põe à altura da “concorrência”, com currículos talvez similarmente enriquecidos. Um passeio pela estrutura do texto acadêmico investigado por Mattos apresenta uma lista de “estratégias de sobrevivência” que maximizariam a formalização e multiplicariam os textos de pesquisa, promovidas pelo pesquisador categorizado por ele como imaturo-produtivo: o recurso indevido aos *apud*s e às citações indiretas (tratadas como elemento formal), a variação do campo observado e a conservação do instrumento de análise, a primazia do método e do processamento de dados sobre o modelo teórico, o discurso vazio (autorreferenciado) e a falta de representação dos interesses do leitor (Mattos, 2012).

Em suma, reconhecendo a importância da avaliação, sua feitura e gestão para dar visibilidade e melhor desempenho à pós-graduação de qualquer área, alguns autores ponderam fortalezas e fraquezas, como o gigantismo e a importância do modelo de avaliação da Capes, a despeito dos desafios que existem. Tais desafios seriam inerentes à opção epistemológica e política do modelo, e incentivam a tarefa de seu constante aperfeiçoamento.

3- A revisão por pares como paradigma da solidariedade acadêmica

O conceito desolidariedade, ao longo do tempo, vem sendo empregado por diferentes áreas e em diferentes abordagens, como por exemplo na área de Sociologia Economia, Saúde, Educação. A etimologizado termo advém do adjetivo *solidus* (sólido e consistente). Do

adjetivo derivam o substantivo *solum* (fundamento e apoio) e, também os verbos *solidare* (consolidar, segurar, fazer sólido) e *solidescere* (fazer-se sólido, consolidar-se). Exercer a solidariedade implica fazer-se parte de algo maior, com vistas a solidificar, consolidar, tornar algo sólido.

Analogamente, a solidariedade pode ser compreendida a partir do princípio da autogestão, no cooperativismo (Westphal, 2008). Cooperar significa trabalhar juntamente com outro, co-laborar, contribuir com o trabalho de outro. Solidariedade implica cooperação. Cooperação não necessariamente implica solidariedade. Trabalhar junto é cooperar. Cooperar para consolidar algo é solidariedade. A solidariedade exige compreender-se parte de um sistema. Cooperar sem a noção do todo do qual participa é apenas trabalhar junto, colaborar. Entendemos, assim, a solidariedade, a partir do seu significado etimológico, como algo maior que a colaboração entre pares, visto que a primeira necessariamente abrange o segundo, mas o segundo não abrange, necessariamente, o primeiro.

Em sua origem, a solidariedade era um termo jurídico que designava a obrigação sobre os devedores quando cada um deles era tomado pelo todo (*in solidum*). Designa, também, dependência recíproca, na qual as características de alguém repercutem no outro. Há também a solidariedade como sentido unilateral, expressando a ideia de continuidade de gerações. E, por fim, a de dever moral (Lalande, 1990; Ewald, 2003). Segundo Lalande, a solidariedade deve ser considerada por uma definição tripla: (a) advém de relações dadas ou concebidas, (b) de relações recíprocas e (c) de relações inseparáveis (Lalande, 1990). Com isso, ela não corresponderá a uma unidade isolada, nem a uma proporção entre duas ou mais unidades, mas à relação de todas as partes de um todo (Comparato, 2006).

Durkheim (1999) identifica dois estados da coesão de uma sociedade por meio dos conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. A primeira ocorre quando os indivíduos compartilham de uma consciência coletiva comum, ou seja, o que de regra é aceita e conhecida por todos em uma sociedade homogênea, simples, sem divisão do trabalho, com indivíduos realizando atividades comuns. Já a segunda a solidariedade orgânica prevalece nas sociedades complexas, em que, tal como um organismo vivo, as partes dependem umas das outras para o bom funcionamento do todo. A divisão do trabalho presente nas sociedades modernas torna a solidariedade orgânica fundamental para a coesão social, segundo Durkheim (1999).

No âmbito acadêmico, a solidariedade implica uma relação de interdependência entre pares, principalmente. Consideramos a revisão por pares um paradigma exemplar para tratar da solidariedade acadêmica. A revisão por pares é compreendida como um pedido de subvenção ou um papel a ser examinado por um terceiro (Smith, 2006), especialista na mesma área (Ware, 2008). É, portanto, um mecanismo de avaliação de desempenho mais utilizado no meio acadêmico (Coupé, 2010). A origem dessa atividade não é certa, alguns autores acreditam que sua origem está na censura do Estado, desenvolvida por meio do estabelecimento e prática apoiada na academia (Fitzpatrick, 2011), e outros a partir da Segunda Guerra Mundial, como resposta ao grande número de pesquisa científica que surgiu nesse período.

Seja na abordagem cega, unilateral (*single blind review*) ou bilateral (*double blind review*), seja na abordagem aberta (*open review*), trata-se de uma atividade voluntária para professores pesquisadores, salvo os casos em que beneficiários de auxílios de agências de fomento assumem a contrapartida de avaliar trabalhos como consultores *ad hoc*. Mesmo assim, a atividade de revisão (de artigos ou projetos de pesquisa), embora fundamental no sistema de avaliação da pós-graduação, não é destacada nesse sistema. Trata-se de uma atividade-meio do mundo acadêmico, não de uma atividade-fim. Como o produtivismo enfatiza o produto, o fim, a atividade de avaliação tende a ser esquecida, lacuna sobre a qual procuramos refletir.

Este sistema, de revisão por pares, é ao mesmo tempo idolatrado e criticado. Sob o ponto de vista crítico, essa atividade não é, em grande parte, validada e, por conseguinte seus efeitos são incertos (Smith, 2006, Ware, 2008). Isso devido à subjetividade dos avaliadores ou até mesmo ao erro no processo metodológico da organização. E, apesar de esta atividade não beneficiar, diretamente, os envolvidos. Principalmente no sentido de angariar pontuação para o próprio professor e consequentemente para o programa. A sobrecarga de trabalho dos editores e avaliadores pode ser beneficiada pelo retorno do seu trabalho para a academia, no que tange a produção de conhecimento: (a) melhoria da qualidade dos trabalhos publicados, (b) filtragem da produção de artigos e (c) selo de aprovação que o artigo satisfaz determinados padrões. Assim, os editores se beneficiam no apoio às suas decisões, do ponto de vista dos especialistas e os autores se beneficiam da assistência oferecida pelos revisores especialistas (Ware, 2008).

No produtivismo acadêmico, a atividade-meio da revisão por pares, (que não é contabilizada quantitativamente no sistema de avaliação) corre o risco de caracterizar-se como mera cooperação. Inserir a noção de solidariedade (cooperar sabendo-se parte do sistema colaborando para torná-lo sólido, consolidá-lo) realça a importância da atividade de revisor, meio fundamental para realização dos fins de publicação.

4- Considerações finais

A despeito do fenômeno do produtivismo acadêmico, incentivado seja pelo modelo de avaliação da pós-graduação no Brasil, seja pelos interesses de pesquisadores em ultrapassar em muito suas metas, galgando prestígio e privilégios, fato é que a qualidade da pesquisa em Administração não tem apresentado a mesma performance: a prevalência dos periódicos-departamento, a sujeição a modelos importados (temáticas e metodologias), endogenia, centralização geográfica, fragilidade de opções epistemológicas e a falta de unanimidade quanto a critérios de qualidade na avaliação de nossos periódicos. Estas fragilidades e eventuais desvios no campo da ética chamam a nossa atenção para a necessidade fazer desse tema objeto de nossa reflexão.

A cultura de produtivismo, instituída com a influência dos procedimentos avaliativos da Capes aos programas de mestrado e doutorado, auxilia na alteração dos significados da academia e na produção de novos perfis acadêmicos (Rosa, 2008, Moreira, 2009). Recuperando a tônica do que foram as duas posições pró e contra a pressão por publicação, identificamos uma convergência no fato de que ambas reconhecem os méritos e avanços que a pós-graduação no Brasil alcançou com este modelo. No entanto, os defensores da pressão por publicação entendem o produtivismo como “desvio de função” do pesquisador, não se devendo “perder de vista que a própria dinâmica do sistema é um resultado das nossas práticas, que se relacionam aos acordos intersubjetivos, negociados e atualizados no cotidiano” (Rosa, 2008, p.108). Neste caso, não haveria a substituição do atual modelo de avaliação da Capes por outro que não seja regulador e quantitativista, propondo, quando muito, a inclusão de critérios mais qualitativos e uma atenção maior ao processo.

Os mais críticos, por sua vez, entendem que estamos diante de uma consequência direta e inevitável do modelo de regulação e fomento da pós-graduação, o que sinalizaria para a necessidade de se rever a lógica do modelo Capes de avaliação e a pretensa objetividade que ele quer garantir, particularmente no que se refere ao processo de avaliação da produção acadêmica.

No entanto, como possíveis alternativas para conter essa cultura de produtivismo, há duas soluções simples que poderiam ser levadas em consideração: (a) o cumprimento das exigências da avaliação da Capes sem levá-las ao absurdo, a fim de desenvolver um projeto

de pós graduação autônomo, que persiga metas próprias com vista à produção de conhecimento. Assim, “o compromisso maior da pesquisa deveria ser produzir e elevar conhecimentos para a melhoria da vida individual e coletiva em suas múltiplas dimensões e interfaces” (Freitas, 2011, p. 1160). (b) redistribuição da pontuação das atividades dos professores (Rosa, 2008), no qual todas as atividades seriam pontuadas.

A primeira alternativa, realizar o cumprimento das exigências da avaliação da Capes sem exagero, de modo a cumprir as metas e ter o aval para desenvolver um projeto de pós graduação autônomo, parece uma alternativa possível e conciliadora. Como diria o ex-presidente do Banco Real, Fábio Barbosa (Tanure e Patrus, 2011), resultado é o que resulta. Um bom projeto pedagógico e estratégico para a condução da pós-graduação sem dúvida promoverá os resultados esperados se for bem conduzido. Talvez os prazos não sejam exatamente aqueles considerados muito bons pela avaliação da Capes, mas as pesquisas promoveriam o conhecimento e a aplicação desse conhecimento, com as respectivas publicações.

A segunda alternativa, pontuar as atividades-meio, entre elas a revisão de artigos para periódicos, por exemplo, pode ser interpretada de duas formas. Inicialmente, poderia ser concebida como uma mercantilização da solidariedade que sustenta a lógica do sistema de produção vigente. Analogamente à pergunta de Sandel (2012) – o que o dinheiro não compra? – a pontuação pelas atividades-meio poderia gerar a pergunta: o que “os pontos da Capes” não compram? A atividade antes solidária assumiria um caráter instrumental, perdendo o seu caráter de consolidação de um sistema. A solidariedade ficaria reduzida a mera cooperação, trabalho colaborativo, sem a dimensão comunitária que o termo solidariedade etimologicamente evoca. Se o pesquisador realizar a atividade-meio porque vale pontos em sua avaliação, quais seriam os prejuízos para o sistema como um todo? A busca por mais e mais pontos poderia fragilizar também o trabalho de avaliação de artigos, já que o estamos tomando como exemplo? O fato de a avaliação ser cega contribuiria para essa fragilização?

De um modo ou de outro, não existe produtivismo acadêmico sem cooperação acadêmica. Toda moeda tem dois lados. A do produtivismo pode ter o verso da cooperação ou o da solidariedade. Vai depender da consciência dos pesquisadores tenham de que fazem parte de um sistema cujas partes são interdependentes. Este sistema é construído coletivamente com as virtudes e os vícios do trabalho de cada um.

Referências

- Alcadipani, R. (2011). Academia e a fábrica de sardinhas. *Organizações & Sociedade*, Salvador, 18(57), 345-348.
- Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (2010). *Boas práticas da publicação científica: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais*. Recuperado de http://www.anpad.org.br/diversos/boas_praticas.pdf.
- Bertero, C. O., Caldas, M. P., & Wood Jr., T. (1999). Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, 3(1), 147-178.
- Bertero, C. O. (Ed.) (2007). *Revista de Administração de Empresas-eletrônica*, 6(1).
- Brito, E. P. Z. (Ed.) (2009). *Revista Angrad*, 10 (2).
- Burrell, G., & Morgan, G. (1992). *Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life*. Burlington: Ashgate Publishing.
- Caldas, M. (2005). Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. *Revista de Administração de Empresas*, 45(1), 53-57.

- Candau, J. (2011). *Pour un mouvement Slow Science*: 17 juillet 2011. Recuperado de <http://slowscience.fr>.
- Carvalho, Y., & Manoel, E. J. (2006). Para além dos indicadores de avaliação da produção intelectual na grande área da saúde, *Movimento*, 12 (3), 193-225.
- Comparato, F. K. (2006). *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. Companhia de letras.
- Coupe, T. (2010). Peer review versus citations – an analysis of best paper prizes. *Kyiv School of Economics*.
- Cury, C. R. J. (2010). O debate sobre a pesquisa e a avaliação da pós-graduação em educação. *Revista Brasileira de Educação*, 15(43), 163-165.
- Diniz, E. (Ed.) (2012a). *Revista de Administração de Empresas*, 52(4).
- Diniz, E. (Ed.) (2012b). *Revista de Administração de Empresas*, 52(5).
- Diniz, E. (Ed.) (2012c). *Revista de Administração de Empresas*, 52(6).
- Ewald, F. (2003). Solidariedade. In: Canto-Sperber, Monique (org.). *Dicionário de Ética e Filosofia Moral*. Trad. de Ana Maria Ribeiro-Althoff et al. São Leopoldo: Unisinos.
- Fitzpatrick, K. (2011). *Planned Obsolescence: publishing, technology, and the future of the academy*. NYU Press Short. Kindle Edition.
- Federação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. (2011, março). Pesquisadores no Brasil publicam 56% dos artigos científicos originados na América Latina. 3. Recuperado de <http://www.fapesp.br/indicadores/boletim3.pdf>.
- Fonseca, C. (2001). Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. *Horizontes Antropológicos*, 7(16), 261-275.
- Freitas, M. (2011). O pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. *Cadernos Ebape.br*, 9(4), p. 1158-1163.
- Godoi, C & Xavier, W. (2012). O produtivismo e suas anomalias. *Cadernos Ebape.br*, 10 (2), 456-465.
- Gosselain, O. P. (2011). SlowScience, la désexcellence. *Uzance*, 1, 129-140. Recuperado de http://www.cds-auwb.be/www.cds-auwb.be/uploads/file_/Slow%20Science.pdf.
- Guimarães, J. A., & Alves, I. T. G. (2010). Dez anos do portal de periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização, *RBPG*, 7 (13), 218-246.
- Gusdorf, G. (1995). *Professores para quê?* (2ª. ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Honig, B., & Bedi, A. (2012). The fox in the hen house: a critical examination of plagiarism among members of the academy of management. *Academy of Management Learning & Education*, 11(1), 101-123.
- Kirshbaum, C., Porto, E. C., & Ferreira, F. C. M. (2004). Neo-Institucionalização na produção acadêmica em Administração, *RAE*, 3 (1), 1-16.
- Kuenzer, A. Z., & Moraes, M.C.M.. (2005). Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação e Sociedade*, 26(93), 1341-1362.
- Lalande, A. (1990). *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Leite, N. R. P., Kniess, C. T., Rodrigues, A. C. A. & Maccari, E. A. (2011, novembro). *A ética na produção, orientação, submissão, avaliação e publicação científica: quem assume a responsabilidade?* Artigo apresentado no Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, João Pessoa, PB, Brasil, 3.
- Lévy-Leblond, J. (2007). *Notes pour une nouvelle politique scientifique*. Recuperado de www.tribunes.com/tribune/alliage/61/page3/page3.html.
- Luiz, R. R. (2006). Avaliação de produtividade acadêmica: uma proposta de quantificação, *RBPG*, 3 (6), 300-312.
- Macedo, E., & Souza, C. P. de. (2010). A pesquisa em educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 15(43), 166-176.

- Machado, A. M. N. (2007). Políticas que impedem o que exigem: dimensões controvertidas na avaliação da pós-graduação brasileira. *Universidade e Sociedade*, (39), 137-149.
- Machado, A. & Bianchetti, L. (2011). (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. *Revista de Administração de Empresas*, 5(3), 244-254.
- Mascarenhas, A., Zambaldi, F., & Moraes, E. (2011). Rigor, relevância e desafios da academia em administração: tensões entre pesquisa e formação profissional. *RAE*, 51(3), 265-279.
- Mattos, P. L. C. L. de (2005). Sobre a ética do pesquisador: uma dimensão pouco explorada. *Gestão.Org*, 3(3), 274-280.
- Mattos, P. (2008). Nós e os índices – a propósito da pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas*, 48(2), 144-149.
- Mattos, P. (2012). Pés de barro do texto “produtivista” na academia. *Revista de Administração de Empresas*, 52(5), 566-573.
- Mello, C., Crubellate, J., & Rossoni, L. (2009). Redes de coautorias entre professores de programas brasileiros de pós-graduação (stricto sensu) em administração: aspectos estruturais e dinâmica de relacionamento. *Revista de Administração Mackenzie*, 10(5), 130-153.
- Moreira, C.O.F, Hortale, V.A., Hartz, Z.A. (2004). Avaliação da pós-graduação: buscando consenso. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 1(1), 26-40.
- Moreira, A. F. A (2009). A Cultura da performatividade e a avaliação da Pós-Graduação em Educação no Brasil. *Educação em Revista*, 25 (3), 23-42.
- Nascimento, L. F. (2010). Modelo Capes de avaliação: quais as consequências para o triênio 2010-2012? *Administração: Ensino e Pesquisa*, 4(11), 579-600.
- Nogueira, M. A. (2003). Organizações complexas e sociedade da informação. O “sofrimento” como metáfora organizacional. *Organizações e Sociedade*, 10(28), 145-162.
- Patrus, R., & Lima, M. (2012). Entre a Formação de Professores e de Pesquisadores nos Programas de Pós-graduação Strito sensu em Administração: Contradições e Alternativas. *Anais do XXXVI EnAnpad*. Rio de Janeiro: Brasil.
- Pena, R. P. M. (2003). *A ciência como jogo: e outros ensaios sobre ética e filosofia da ciência*. FACE-FUMEC.
- Rodrigues, S. B. (2004). Comentando: ‘Quem responde pelo desempenho limitado da produção científica em Administração no Brasil?’ *Organizações & Sociedade*, 11(29), 193-196.
- Rodrigues, L. O. C. (2007). Publicar mais, ou melhor? O Tamanduá Olímpico. *Revista Brasileira de Ciência e Esporte*, 29 (1), 35-48.
- Rodrigues, L. O. C. & Rezende, N. A. (2010). O tamanduá olímpico a caminho da obesidade científica. *Revista Médica de Minas Gerais*, 20(3), 375-379.
- Roesch, S. M. A. Quem responde pelo desempenho limitado da produção científica em Administração no Brasil? *Organizações & Sociedade*, 10(28), 165-167.
- Rosa, A. (2008). “Nós e os índices” – um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas*, 48(4), 108-114.
- Salo, P., & Heikkinen, H. (2011). Slow science: an alternative to macdonaldization of the academic lifestyle. Recuperado de <http://slowscience.fr/wp-content/uploads/2011/07/Slow-Science-English-2011.pdf>
- Sandel, M. (2012). *O que o dinheiro não compra*: os limites morais do mercado. Civilização Brasileira.
- Santos, L. (2004). Formação de professores na cultura do desempenho. *Educação & Sociedade*, 25. 1145-1157.

- Shigaki, H. B. & Patrus, R. (2012). O papel da produção intelectual no sistema de avaliação dos programas de Administração pela Capes. Teoria e Prática em Administração (TPA), v.2, n. 2.
- Sguissardi, V. (2006). A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” – É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? *Perspectiva*, 24(1), 49-88.
- Sguissardi, V. (2010). Produtivismo acadêmico. In: Oliveira, D. A.; Duarte, A.; Vieira, L.. (Orgs.). *Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente*. (p. 22). Belo Horizonte, MG: Faculdade de Educação/UFGM.
- Smith, R. (2006). Peer review: a flawed process at the heart of science and journals. *Journal of the royal society of medicine*, 99, 178-182.
- Spink, P. K., Alves, M. A. (2011). O campo turbulento da produção acadêmica e a importância da rebeldia competente. *Organizações & Sociedade*, 18(57), 337-343.
- Tanure, B. & Patrus, R. (2011). *Os dois lados da moeda em fusões e aquisições*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- Trein, E. & Rodrigues, J. (2010). O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento mercadoria. *Revista Brasileira de Educação*, 16 (48), 769-819.
- Ware, M. (2008). Peer review: benefits, perceptions and alternatives. *Publishing research consortium*, 1-20.
- Waters, L. (2006). *Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição* (1ª. ed.). São Paulo, UNESP.
- Westphal, V. H. (2008). Diferentes matizes da ideia de solidariedade. *Revista Katálisis de Florianópolis*, 11 (1), 43-52.
- Wood Jr., T. & Chueke, G. V. (2008). Ranking de produção científica em Administração de Empresas no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, 9(4), 13-31.